

# Covas acha que perde disputa

Culpa o fato de ser paulista e senador pela sua derrota

O senador Mário Covas (PMDB-SP) concorre à liderança de seu partido na Constituinte, mas não acredita na vitória. Ele comentou isto com o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), ontem pela manhã, na entrada do plenário. Passarinho cumprimentou-o pelo futuro posto, mas Covas negou que fosse assumir a posição. "Mas está no jornal", brincou o paraense, ao que o senador paulista retrucou: "Sou candidato, mas não vou ganhar a eleição". Entre os motivos da provável derrota, Covas citou o fato de ser paulista — como Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso — e a "disputa ser entre a Câmara e o Senado". Para ele, a liderança da Constituinte acabará, portanto, nas mãos de um deputado de outro Estado.

O senador Alfredo Campos (PMDB-MG) condenou ontem a disputa que vem se

armando dentro do seu partido pelo cargo de líder na Constituinte. Ele acha que o cargo deve ser ocupado por um dos dois líderes do PMDB — Luiz Henrique, da Câmara, ou Fernando Henrique Cardoso, do Senado.

Para o senador mineiro e ex-líder do PMDB, a intenção manifestada pelo senador Mário Covas de disputar a indicação acabará queimando seu nome, o que não convém a um político eleito com oito milhões de votos. Depois, lembrou que dificilmente um senador pode vencer os deputados numa disputa desse porte, já que seriam 46 contra mais de 265.

Falando a respeito das dificuldades internas do PMDB, disse Alfredo Campos que elas decorrem principalmente pelo tamanho do partido e depois se acentuam em função da crise econômica e social.



Foto: LUIZ MARQUES

Covas acha que perde para Luiz Henrique. Alfredo Campos contra a disputa



CE CE

## Opiniões sobre a soberania

O dispositivo do regimento interno que gerou tanta polêmica divide o PMDB e os outros partidos políticos. Eis algumas opiniões colhidas ontem sobre o seu significado e sua importância para o Governo:

**Ibsen Pinheiro, 1º vice-líder de plenário do PMDB:** "O Governo não está empenhado contra o parágrafo 7º. Isso é invenção do PFL".

**Prisco Viana (PMDB/BA):** "O parágrafo 7º não convém ao Governo. Sant'Anna diz que a redação não é a que combinou com o grupo Pró-Soberania e a cúpula do partido".

**Carlos Sant'Anna, líder do Governo:** "Houve uma modificação na redação, na parte final do parágrafo".

**Henrique Hargreaves, assessor parlamentar do Gabinete Civil:** "Não houve um acordo, que importa compromisso. Houve apenas um entendimento do Sant'Anna com o PMDB, que não serve ao Governo. No entanto, a questão não

tem tanta importância, em termos de consequência. O Governo não teme nenhuma tentativa de Assembleia tomar o poder, mas está defendendo uma questão de princípio. Eu e o PFL estamos agindo em nome do Governo".

**Cristina Tavares (PMDB/PE):** "É o primeiro fato político criado pela Constituinte. Acaba com a Aliança Democrática porque cristaliza as posições ideológicas do PMDB e do PFL. O que era nebuloso se clareou; agora já se sabe quem é quem".

**João Herrmann (PMDB/SP):** "O Governo tem maioria absoluta com o PMDB, que se firma como partido de centro-esquerda, mais compatível com o discurso do presidente Sarney: a opção pelos pobres, a moratória, o enfrentamento aos ricos daqui e de fora".

**Pompeu de Souza (PMDB/DF):** "A soberania da Constituinte servirá ao próprio Governo, ao próprio Presidente da República".

## Líder previa vitória

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, mostrava-se confiante com o apoio da maioria de sua bancada ao projeto do Regimento, com o polêmico item da soberania da Constituinte, às 17 horas de ontem, mostrando um levantamento no qual 152 deputados estavam nessa posição e apenas 46 com o ponto de vista do governo.

Luiz Henrique não tinha dúvida de que a maioria esmagadora do Partido votaria a favor do parágrafo 7º do artigo 57, apesar do esforço que o governo vinha fazendo principalmente através do líder Carlos Sant'Anna e do subchefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique

Hargreaves, funcionário da Câmara requisitado pelo Ministro Marco Maciel.

### O LEVANTAMENTO

Era fácil observar a luta que os dois líderes mantinham no plenário — Luiz Henrique procurando consolidar a unidade do PMDB, enquanto Carlos Sant'Anna trabalhava para aliciar votos em seu Partido favoráveis à posição do Governo.

Luiz Henrique não tinha resultado nas Bancadas do Ceará, Alagoas, Espírito Santo, Acre e Rondônia. Quanto a Minas Gerais, desde cedo os rumores eram de que o Governo tinha conseguido penetrar fundo na bancada.

### OS NÚMEROS DO PMDB

ESTADO	A favor	Contra
São Paulo	20	8
Minas	10	27
Paraná	18	0
Goiás	11	0
Rio de Janeiro	8	5
Piauí	2	0
S. Catarina	8	0
Pará	14	0
R. G. Norte	4	0
Maranhão	6	2
R. G. Sul	18	0
Paraíba	7	0
Bahia	15	2
Mato Grosso	7	0
D. Federal	4	2
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>	<b>46</b>

## BB já tem o apoio de 113 parlamentares

Um total de 113 deputados e senadores já se comprometeram a lutar pelo fortalecimento do Banco do Brasil, defendendo a inclusão na futura Constituição de dispositivos que assegurem seu papel de agente financeiro do Governo Federal nas áreas da produção e comércio e novas fontes de captação de recursos, como caderneta de poupança, financeira, leasing e outras.

São os chamados "amigos do BB", grupo que reúne parlamentares dos mais variados partidos políticos, unidos pelo compromisso de reverter o esvaziamento progressivo do banco, que já foi responsável por 30 por cento dos financiamentos à produção e hoje participa com menos de 18 por cento. Dele fazem parte ex-funcionários da instituição hoje no exercício do mandato, deputados com militância sindical no passado e outros identificados com as causas nacionalistas.

A primeira reunião de aglutinação dos integrantes do lobby do BB foi feita pelo presidente do banco, Camilo Calazans, em janeiro, num almoço que reuniu três dezenas de parlamentares e até o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, ex-bancário. Desde então, o grupo só tem feito crescer, através de contatos pessoais do próprio Camilo Calazans e do presidente da Associação Nacional dos Funcionários do BB, José Flávio Berçott, que tem procurado um a um os parlamentares em busca de apoio à causa.

Nos últimos 20 dias, mais de 50 parlamentares foram visitados pelo presidente da Anabb, que elaborou um manifesto; dirigido ao presidente José Sarney, pedindo-lhe que autorize o banco a promover, de imediato, a correção dos níveis salariais dos servidores, repondo as perdas acumuladas desde 1983. O senador Ronan Tito (PMDB-MG) e os deputados Hélio Duque (PMDB-PR) e Maluly Neto (PFL-SP) estão coordenando a coleta de assinaturas ao documento junto aos parlamentares.

"Esta é uma causa nobre e temos certeza de que vamos obter o apoio quase unânime das bancadas da Constituinte", disse José Flávio Berçott, explicando que o manifesto em favor dos funcionários é a primeira de uma série de iniciativas que a Anabb e a direção do BB deverão empreender junto à Constituinte, inclusive com a apresentação de propostas e sugestões às comissões setoriais previstas no regimento interno.

Para Berçott, não faltará parlamentares dispostos a carregar a bandeira do Banco do Brasil e de seus funcionários na Constituinte.

## CNBB diz que seu lobby é democrático

A Comissão de Acompanhamento à Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), "não está impondo uma visão puramente católica da Igreja para os constituintes, mas está defendendo pontos de uma filosofia política que ajuda a construção de um verdadeiro regime democrático". A afirmação é do vice-presidente da CNBB, dom Benedito de Uíhoa Vieira.

Segundo ele, a maioria das posições da Igreja contidas no documento "Por Uma Nova Ordem Constitucional" é de ordem política, cultural, social e econômica "que pessoas não católicas podem admitir e concordar".

### LEGITIMA

Quando a Igreja promulgou este documento, de acordo com dom Benedito, ela "exerceu uma pressão democrática, que é legítima, pois é a expressão da vontade do cidadão". Explicou que o diálogo da CNBB com os constituintes "é amigo, sem imposições, e com troca de idéias".

— Através de uma comissão idônea, de portas abertas, sem conchavos partidários — disse dom Benedito — a CNBB quer expor suas idéias e ouvir as propostas dos constituintes.

### SUCESSÃO

Apontado como forte candidato a sucessão de dom Ivo Lorscheiter na presidência da CNBB, dom Benedito de Uíhoa Vieira, o atual vice-presidente da

Const 87

entidade, afirmou que sua candidatura "é simples especulação jornalística, sem nenhum fundamento da realidade que estamos vivendo".

Além de dom Benedito, são lembrados como candidatos à presidência da CNBB mais dois bispos: dom Luciano Mendes de Almeida, atual secretário-geral, considerado o favorito na eleição, e dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte, considerado o candidato da ala conservadora do episcopado.

A eleição será realizada durante a 25ª Assembleia Geral do Episcopado Brasileiro, em Itaipá (SP), de 22 de abril a 1º de maio. Dom Benedito informou que não existem chapas na eleição, mas ele admite que os "bispos conversam entre si para se esclarecerem sobre quem seria o mais indicado para determinado cargo".

Essas conversas, porém, só se realizam — segundo dom Benedito — "quando estivermos mais perdidos da assembleia eletiva". Resalvou que este diálogo "felizmente se tem feito sem conchavos e sem partidatismo, o que é difícil para as pessoas de fora entenderem por estarem acostumadas à política partidária, que não é o nosso caso".

## Exército não vai aumentar assessores

O Exército não reforçará sua equipe de assessores junto à Assembleia Nacional Constituinte como estava previsto, em virtude da boa receptividade que os novos constituintes mostram em relação à manutenção do papel das Forças Armadas na futura Carta Magna do País, como está previsto na atual Constituição. A afirmação é de um assessor do gabinete do ministro Leônidas Pires Gonçalves.

Os quatro oficiais que formam a equipe de assessores parlamentares pelo gabinete do ministro do Exército no Congresso estão diariamente contatando os novos parlamentares e deles recebem palavras de apoio à idéia de preservação da missão dos militares na nova Constituição.

### PONTO DE APOIO

Segundo a mesma fonte, a eleição de Jarbas Passarinho para o Senado representa um ponto de apoio

aos interesses militares, já que aquele político (oficial superior da patente de coronel reserva) sempre se colocou a favor das Forças Armadas nos momentos de crises, defendendo as tradições militares dentro e fora do Parlamento.

O retorno de outros políticos como os deputados Siqueira Campos, Amaral Netto, entre outros, defensores do papel dos militares, também foi bem visto pelo "Forte Apache".

Os assessores militares, que somam nove oficiais — quatro do Exército, três da Aeronáutica e dois da Marinha —, estão instalados no 28º andar do Edifício do Senado em salas modestas, utilizando móveis de antigas instalações de gabinetes de políticos. Circulam diariamente pelos corredores e gabinetes do Congresso ouvindo parlamentares e prestando informações quando são interpellados sobre assuntos de sua área.